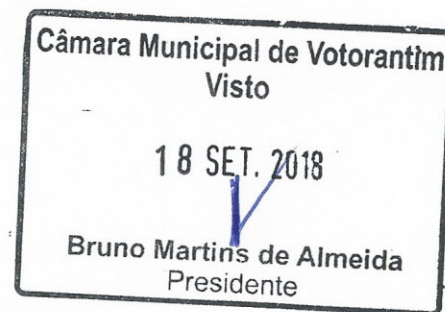




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CASA CIVIL



São Paulo, agosto de 2018.

Exmo. Senhor  
**Bruno Martins de Almeida**  
Presidente da Câmara Municipal de Votorantim  
Votorantim – SP

Protocolo n.º 1.104.769/18

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 459/18, de 07/08/2018, que requer e informações relacionadas à renovação dos aluguéis nos locais que abrigam os estabelecimentos de grande importância para esta municipalidade, encaminhamos a cópia do Encaminhamento nº 1149/2018, do Conselho do Patrimônio Imobiliário, da Secretaria de Estado de Governo.

Colocamo-nos à disposição e aproveitamos a oportunidade para enviar a V.Exa. os nossos respeitosos cumprimentos.

Atenciosamente,

**JOSÉ MAURO DEDEMO ORLANDINI**  
Subsecretário de Relacionamento com Municípios da Casa Civil



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
Conselho do Patrimônio Imobiliário  
Secretaria Técnica e Executiva

36

**Encaminhamento nº. 1149/2018**

Expediente: CC 1104769/2018

Interessado: Câmara Municipal de Votorantim

Assunto: OFÍCIO 459/2018 - REQUERIMENTO 221/2018, SOLICITANDO INFORMAÇÕES RELATIVAS A NÃO RENOVAÇÃO DOS ALUGUÉIS ONDE FUNCIONAM ESTABELECIMENTOS DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO.

SGI nº.:

À Casa Civil

Coordenadoria do Sistema de Gestão de Demandas

Cumprimentando-os cordialmente, informo que acolho o Relatório nº 878/2018 (fls. 15), que trata do requerimento do Ilustre Vereador José Claudio Pereira, da Câmara Municipal de Votorantim, Sob n 221/2018, encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo por meio do Ofício n 459/2018 (fls. 02/04), onde requer sejam esclarecidas as diretrizes quanto à redução de despesas da Fazenda do Estado de São Paulo, em especial as locações de imóveis.

Em resposta aos questionamentos acima, informo que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação dos gastos públicos, outorgou os Decretos nº 61.131/2015; 61.785/2016; 62.409/2017 e 63.146/2018, onde, em síntese, ficam suspensas as celebrações de novos contratos de locação, devendo ser renegociados os contratos de despesas de custeio, cabendo aos Órgãos e Entidades Estaduais a otimização das áreas ociosas e ocupação dos imóveis por outros Órgãos ou Entidades Estaduais.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
Conselho do Patrimônio Imobiliário  
Secretaria Técnica e Executiva

No ensejo, elevo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

São Paulo, 23 de agosto de 2018

Assinatura manuscrita em azul de Gustavo Henrique Boneti Abrahão.

**Gustavo Henrique Boneti Abrahão**  
Secretário Técnico e Executivo  
Conselho do Patrimônio Imobiliário